



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

REUNIÃO ORDINÁRIA

06 DE DEZEMBRO DE 2011

ATA

1 Às quinze horas do sexto dia de dezembro de dois mil e onze, no Edifício Sede da Secretaria  
2 de Direitos Humanos, em Brasília/DF, reuniu-se a Comissão Nacional para a Erradicação do  
3 Trabalho Escravo, sob a coordenação do Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra. **Estiveram**  
4 **Presentes:** a Ministra Maria do Rosário Nunes, Presidente da Comissão Nacional para a  
5 Erradicação do Trabalho Escravo/CONATRAE e Ministra de Estado Chefe da Secretaria de  
6 Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR; o Sr. José Armando Fraga Diniz  
7 Guerra, Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho  
8 Escravo/CONATRAE; o Sr. Silvio José Albuquerque e Silva, Representante do Ministério  
9 das Relações Exteriores/MRE; a Sra. Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Representante do  
10 Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; a Sra. Tereza Cristina de Moraes, Representante do  
11 Ministério da Defesa/MD; o Sra. Daniel Rocha de Farias, Representante do Ministério do  
12 Desenvolvimento Agrário/MDA; o Sr. Leonardo Moretti Sakamoto – Representante da  
13 Repórter Brasil / Organização de Comunicação e Projetos Sociais; o Sr. Luiz Antônio  
14 Machado, Representante da Organização Internacional do Trabalho/OIT; o Sr. Ornedson  
15 Carneiro, Representante do Instituto Carvão Cidadão/ICC; a Sra. Tatiana Villa Carneiro,  
16 Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil/CNA; a Sra.  
17 Helena Cecília Arruda, Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros/AMB; a  
18 Sra. Raquel Perrota, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; a Sra. Raissa  
19 Rassena Alves, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; a Sra. Natália  
20 Moraes Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho/ANPT; a Sra. Clélia Brito  
21 Silveira, Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos; a Sra. Rogenir A.  
22 Santos, Representante da Catholic Relief Services/CRS; o Sr. Luismar Ribeiro Pinto,  
23 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG; a Sra.  
24 Jacqueline Ramos Silva Carrijo, Representante do Sindicato dos Auditores Fiscais do  
25 Trabalho/SINAIT; a Sra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, Representante da Associação  
26 Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho/ANAMATRA; a Sra. Gilda Pereira de

27 Carvalho, Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria  
28 Geral da República/PFDC/PGR; o Sr. Jonas Moreno, Representante do Ministério Público do  
29 Trabalho/MPT; a Sra. Vera Lúcia de Oliveira, Representante do Ministério da Agricultura,  
30 Pecuária e Abastecimento/MAPA; o Sr. Alexandre Rodrigo Lyra, Representante do  
31 Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; o Sr. Fabio Balestro Floriano, Representante do  
32 Departamento de Relações Internacionais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência  
33 da República/SDH/PR; o Sr. Mario Luiz Guerreiro, Representante da Advocacia-Geral da  
34 União/AGU. **Pauta: 1) Abertura da Presidenta da CONATRAE; 2) Informes; 3)**  
35 **Apresentação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), do Conselho de Direitos**  
36 **Humanos das Nações Unidas; 4) Balanço 2011; 5) Programação de Eventos – 28/2012; 6)**  
37 **Encerramento. Abertura da Presidenta da CONATRAE.** A Ministra Maria do Rosário  
38 Nunes iniciou a reunião cumprimentando e agrade centos a presença de todos. Lamentou sua  
39 ausência na reunião nacional da CONATRAE ocorrida em Mato Grosso, o que deveu-se a  
40 compromissos junto à Presidência da República, mas ressaltou as respostas positivas da  
41 organização dos estados ao apoio das COETRAES e do fomento a novas comissões estaduais  
42 para a erradicação do trabalho escravo. Informou que foram pensadas uma série de ações que  
43 poderiam ser debatidas pela CONATRAE no dia corrente, dentre elas o fortalecimento até o  
44 início do próximo ano legislativo da meta de votação da Proposta de Emenda  
45 Constitucional/PEC sobre trabalho escravo, pois o Governo Federal trabalhava na mensagem  
46 da Senhora Presidenta ao Congresso Nacional e a SDH tinha o compromisso de estabelecer  
47 entre as prioridades legislativas do próximo ano a citada PEC. Destacou que a PEC estava  
48 entre as ações prioritárias da SDH e ocupava um lugar ainda de maior relevância e  
49 possibilidade de articulação no ano seguinte. Lembrou que dia 28 de janeiro era o dia que  
50 registrava a luta contra o trabalho escravo no Brasil e pretendia-se transformar essa data em  
51 um marco importante, justamente porque seria as vésperas do reinício dos trabalhos  
52 legislativos no Congresso Nacional. Portanto, pensava em uma articulação da sociedade civil  
53 e através da CONATRAE lançar uma campanha pela aprovação da PEC. Ressaltou que o Sr.  
54 Antônio Filho foi escolhido para ser agraciado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos  
55 na modalidade de combate ao trabalho escravo. Com isto, convidou a todos para participarem  
56 da premiação e sugeriu um encontro regional do Nordeste brasileiro sediado no estado do  
57 Maranhão, em vista da cidade natal do premiado, Açailândia, município do referido estado,  
58 envolvendo também a Região Norte do país. Neste sentido, propôs também que a  
59 CONATRAE realizassem reuniões descentralizadas nos estados da federação. Sugeriu  
60 também levar a público o mapa dos caminhos do trabalho escravo, definir ações e criar os  
61 mapas de cidadania sobre o tema da migração humana e do enfileiramento do tráfico.  
62 Destacou, por fim, que a temática foi pauta da reunião de autoridades do MERCOSUL e os

63 países do Bloco, nas áreas de direitos humanos, estavam buscando recursos do FOCEM, que é  
64 o fundo de desenvolvimento do MERCOSUL, para uma atuação entre fronteiras no que  
65 concernia aos trabalhadores de toda a região. Com isto, parabenizou a iniciativa de todos e  
66 passou a palavra aos demais. Neste passo, a Sra. Rogenir A. Santos, Representante da  
67 Catholic Relief Services/CRS, informou que lhe foi solicitada pela Confederação Nacional  
68 dos Bispos do Brasil e a Frente Parlamentar que apresentasse o interesse de realizar uma ação  
69 articulada que envolvesse a própria CNBB, a CONATRAE e a Frente Parlamentar no dia 28  
70 de janeiro. Para tanto, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para definir um calendário  
71 e proceder às articulações. Sugeriu também uma moção de apoio louvando a premiação ao Sr.  
72 Antônio Filho. Neste sentido, encarregou-se de fazer a redação da referida moção e posterior  
73 envio aos demais para considerações. Por fim, informou que a COETRAE do Estado do  
74 Maranhão encontrava-se desarticulava e necessitava do fortalecimento da atuação no estado.  
75 Na sequência, a Sra. Vera Lúcia de Oliveira, Representante do Ministério da Agricultura,  
76 Pecuária e Abastecimento/MAPA, parabenizou a organizado do evento no estado do Mato  
77 Grosso e afirmou que o MAPA realizava palestras pelo interior do Brasil e já estava ciente da  
78 necessidade de abordarem o combate ao trabalho escravo. Por fim, ratificou a proposta das  
79 reuniões itinerantes. **Apresentação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU),**  
80 **do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.** O Sr. Fabio Balestro Floriano,  
81 Representante do Departamento de Relações Internacionais da Secretaria de Direitos  
82 Humanos, agradeceu o espaço cedido e informou que o Mecanismo de Revisão Periódica  
83 Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU objetivava relatar a situação  
84 atual de direitos humanos em todo o Brasil e era fundamental a participação da sociedade  
85 civil. Informou com isto que o relatório entrava em consulta pública no dia corrente e se  
86 estenderia até o dia 20 de dezembro e, além disso, seria realizada audiência pública no Senado  
87 Federal, com a presença da Ministra Maria do Rosário Nunes, que dar-se-ia no dia 15 de  
88 dezembro do ano corrente. Solicitou, para tanto, a ampla divulgação nas diversas  
89 organizações e redes que compunham a CONATRAE. Registrou, por derradeiro, que todas as  
90 informações prestadas e os pontos levantados pela sociedade civil seriam de fundamental  
91 importância, ainda que não incorporassem o relatório, todavia, haveria, durante a Sessão do  
92 Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, um período de apresentação desse  
93 relatório, no qual todas essas contribuições poderiam ser levadas pelos representantes do  
94 estado brasileiro ali presentes. Por último, colocou o Departamento de Relações  
95 Internacionais da SDH à disposição de todos. Ato contínuo, não houve nenhuma manifestação  
96 dos demais presentes. Com isso, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral  
97 da CONATRAE passou ao próximo ponto de pauta agradecendo a participação do Sr. Fabio  
98 Balestro Floriano e informando que a Secretaria-Executiva da Comissão enviaria e-mail

99 reiterando essas informações e com o link para a minuta inicial do texto do Relatório Período  
100 Universal. **Programação de Eventos – 28/2012.** O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra  
101 informou que já havia uma mobilização de algumas COETRAES, sendo que a COETRAE do  
102 Maranhão estava mais avançada. Ato contínuo, informou que o Sr. Jonas Moreno,  
103 Representante do Ministério Público do Trabalho/MPT, era o novo coordenador Nacional de  
104 Erradicação ao Trabalho Escravo da Procuradoria Geral do Trabalho. Neste passo, solicitou  
105 ao mesmo que fizesse uma breve fala. O mesmo destacou que houve um ineditismo em sua  
106 escolha, ao passo que o Procurador Geral do Trabalho fez abertura democrática para que os  
107 novos coordenadores nacionais dos temas afetos ao MPT fossem escolhidos pelas  
108 representações das regionais e, nesse caso, o próprio foi escolhido e, na semana anterior, o  
109 Procurador Geral baixou portaria confirmando a escolha como novo coordenador. Ressaltou  
110 que o dia 28 de janeiro de 2012 dar-se-ia num sábado e as atividades se estenderiam uma  
111 semana antes e uma semana depois a essa data. E no referido dia, o Sr. Leonardo Moretti  
112 Sakamoto dialogaria com a auto-gestão do Fórum Social Mundial para abrir um espaço para o  
113 evento da data. Indicou que seria feita uma articulação com a Frente Parlamentar, a fim de  
114 garantir que a PEC 438 fosse pautada na ordem do dia. Após, o Sr. José Armando Fraga Diniz  
115 Guerra ratificou que o Sr. Leonardo Moretti Sakamoto já encontrava-se autorizado a  
116 apresentar na reunião com o Comitê Gestor do Fórum Social Mundial a proposta de um ato  
117 público no dia 28, marcando o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com a  
118 presença da Ministra Maria do Rosário Nunes, além do Procurador Geral do Trabalho, o Sr.  
119 Luís Antônio Camargo de Melo. Ressaltou que seriam realizadas atos por duas semanas e, na  
120 semana anterior ao dia, o Estado do Maranhão estava mais avançado, pois já tinha o formato  
121 pronto e até a escola judicial do Tribunal do Trabalho colocou sua estrutura à disposição.  
122 Contudo, eram mobilizados os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Com relação à semana  
123 posterior, afirmou que a Frente Parlamentar entrara em contato com a CNBB e com a  
124 Comissão Pastoral da Terra/CPT, a fim de realizar um grande ato, com um pedido de agenda  
125 também da Presidenta Dilma Vana Rousseff, da Ministra Maria do Rosário Nunes e do  
126 Ministro do Trabalho e Emprego, para que a semana inicial do ano legislativo fosse de grande  
127 mobilização. Informou, por fim, que, encerrada a reunião, entraria em contato com a  
128 assessoria de comunicação para preparar uma campanha nacional de combate ao trabalho  
129 escravo e em defesa da aprovação da PEC 438. Na sequência, a Sra. Gilda Pereira de  
130 Carvalho, Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria  
131 Geral da República/PFDC/PGR, sublinhou que comungava da ideia que cada estado brasileiro  
132 tivesse a sua COETRAE e ponderou importante a reinserção social do trabalhador e o fim da  
133 impunidade. Após, a Sra. Rogenir A. Santos reiterou a proposta de um Grupo de Trabalho que  
134 pudesse usar melhor o potencial de todas as instituições que componentes da CONATRAE,

135 garantindo assim maior visibilidade ao tema, utilizando-se das estruturas de comunicação de  
136 cada instituição. Resgatando o proposto pela Sra. Gilda Pereira de Carvalho, a Sra. Jacqueline  
137 Ramos Silva Carrijo, Representante do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT,  
138 afirmou que para diminuir as vulnerabilidades era essencial o acesso à educação e à  
139 qualificação profissional. Sugeriu, com tanto, o envolvimento do Sistema S, de maneira que  
140 fizessem seus cursos voltados para as potencialidades, as características regionais, com o  
141 objetivo de firmar esses trabalhadores no estado e atrair investimentos. Sugeriu também o  
142 envolvimento do Ministério da Saúde/MS e o Ministério da Educação/MEC. Na sequência, o  
143 Sr. Luiz Antônio Machado, Representante da Organização Internacional do Trabalho/OIT,  
144 sugeriu que fosse estipulada uma meta para o próximo ano para a criação de novas  
145 COETRAES, sem deixar de apoiar as que já existentes. Ao passo que o Sr. José Armando  
146 Fraga Diniz Guerra informou que a meta estipulada pela Ministra eram seis novas  
147 COETRAES, totalizando 15 com as já existentes. Após, o Sr. Silvio José Albuquerque e  
148 Silva, Representante do Ministério das Relações Exteriores/MRE, elogiou a iniciativa de  
149 aprofundar a interlocução entre a CONATRAE e os estados que se engajavam na erradicação  
150 do trabalho escravo, ratificando a importância do apoio às COETRAES existentes. Louvou  
151 também a consulta pública para a elaboração do RPU. Na sequência, a Sra. Rogenir A. Santos  
152 propôs que o dia 28 tivesse uma espécie de lema. Ao passo que o Sr. José Armando Fraga  
153 Diniz Guerra esclareceu que a Ministra propôs como lema anteriormente a aprovação da PEC  
154 438. Após, a Sra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, Representante da Associação Nacional  
155 dos Magistrados da Justiça do Trabalho/ANAMATRA, ratificou a importância do MEC,  
156 ressaltando que o investimento na educação funcionária não apenas como elemento de  
157 prevenção, mas também elemento de resgate e reinserção social desse trabalhador. Sugeriu  
158 também como parceiro o Poder Judiciário. Informou, por fim, que a ANAMATRA possuía  
159 um programa chamado trabalho, justiça e cidadania, que seria a disseminação de todos os  
160 ideais de direitos humanos ligados ao direito do trabalho junto às escolas de ensino  
161 fundamental, médio, ensino de jovens e adultos e o Sistema S. Seguindo, o Sr. José Armando  
162 Fraga Diniz Guerra ressaltou que o Projeto “Escravo nem Pensar” foi financiado via convênio  
163 pela Secretaria de Direitos Humanos e estava em finalização o convênio com o Ministério da  
164 Educação, porém, foi aprovado em edital e seria novamente financiado pela SDH através de  
165 assinatura de convênio e era uma das experiências de participação junto com a escola pública,  
166 para formação dos professores a fim de tratar o tema de trabalho escravo. Neste passo, o  
167 Sr. Luiz Antônio Machado afirmou que a OIT reconhecia o Projeto “Escravo nem Pensar”  
168 como um dos melhores programas preventivos do Brasil. Diante das propostas, o Sr. José  
169 Armando Fraga Diniz Guerra sugeriu que compusesse a Comissão Executiva da  
170 CONATRAE, além da Catholic Relief Services/CRS e do SINAIT, que traria para a pauta do

171 dia 10 de janeiro, reunião previamente marcada para tratar das articulações do dia 28 do  
172 mesmo mês, seu calendário de ações. Neste sentido, o Sr. Jonas Moreno solicitou a inserção  
173 do MPT e sugeriu também a inserção neste GT da ANAMATRA. Ao passo que a Sra. Sandra  
174 Miguel Abou Assali Bertelli colocou-se à disposição do GT. Seguindo, o Sr. José Armando  
175 Fraga Diniz Guerra informou que a Frente Parlamentar solicitou agenda com a Ministra Maria  
176 do Rosário Nunes no dia 14 de dezembro, a fim de apresentarem proposta de articulação feita  
177 com a CNBB e a CPT. **Balanco 2011.** A Sra. Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de  
178 Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE destacou que os números  
179 coletados resultados das ações fiscais até outubro de 2011 sinalizavam o maior número de  
180 ações do que o ano inteiro de 2010, sendo um pouco menos de empresas fiscalizadas porque  
181 em cada ação constatava-se uma maior dificuldade de encontrar o trabalho escravo realmente,  
182 o que demonstrava uma preocupação maior dos empregadores de não deixar acontecer.  
183 Ressaltou que os bons resultados deu-se pela parceria com a área jurídica, como, por exemplo,  
184 o Ministério Público do Trabalho. Sugeriu que o MTE fosse mais envolvido na parte atinente  
185 à capacitação a fim de que as pessoas fossem encaminhadas para qualificação. Motivada pelo  
186 Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra, esclareceu que a Instrução Normativa 91 foi publicada  
187 no Diário Oficial do dia 06 de outubro do ano corrente e teve como objetivo harmonizar os  
188 procedimentos do auditor fiscal do trabalho e definia para o auditor fiscal do trabalho quais as  
189 condições e o que se entendia por cada um das expressões que definem o trabalho escravo.  
190 Após, o Sr. Luiz Antônio Machado lembrou oficina realizada em março de dois mil e onze a  
191 fim de elaborar plano de prioridades, o qual motivou a metodologia denominada GUT,  
192 Gravidade, Urgência e Tendência. Com isto, sugeriu o resgate deste plano no ano seguinte.  
193 Depois, o Sr. **Silvio José Albuquerque relatou que, na perspectiva do MRE, foi** muito  
194 positiva a interlocução mantida dentro do governo com a sociedade civil, com outras  
195 entidades na construção de posições de política externa que reflitam a realidade brasileira e  
196 que ao mesmo tempo viabilizem a melhor defesa do país em questões ligadas a trabalho  
197 escravo. Ratificou a necessidade de reforçar a interlocução com o Poder Judiciário, que  
198 responde a uma demanda internacional presente na pauta externa e diante de uma ameaça  
199 adicional, que seria a de reversão da posição do Supremo Tribunal Federal/STF que  
200 consolidou o entendimento de que o crime de redução de alguém à condição análoga de  
201 escravo era um crime de jurisdição federal. Na sequência, o Sr. Jonas Moreno destacou que o  
202 potencial penal do 149 e que o empresariado rural já não pensava ainda nos grilhões da  
203 escravidão colonial, mas na escravidão contemporânea. Afirmou que a perspectiva para 2012  
204 era continuar a intensificar os trabalhos e existiam dois projetos, o “caminhos da liberdade”,  
205 que monitorava o trabalhador desde o seu estado de origem. E um outro projeto piloto no  
206 Mato Grosso, chamado Resgatando a Cidadania, que promovia a reinserção do trabalhador.

207 Seguindo, a Sra. Rogenir A. Santos Costa analisou que houve uma muito maior em relação às  
208 reuniões, a manter uma agenda e o próprio funcionamento da executiva foi um avanço  
209 positivo. Todavia, houve também uma quebra em relação à própria incidência nas políticas  
210 públicas e na discussão da PEC 438. Ratificou a importância dos Ministérios não faziam parte  
211 da CONATRAE, bem como o Ministério do Desenvolvimento Social, a Educação, Saúde e  
212 Cultura. Ponderou com isso que não podiam pensar prevenção e reinserção sem dialogar com  
213 essas políticas públicas. Sugeriu também discutir com os estados as alternativas de trabalho  
214 decentes, dignas nas cidades onde os trabalhadores se encontravam. Neste sentido, o Sr. Silvio  
215 José Albuquerque sugeriu a inclusão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade  
216 Racial/SEPPIR. O Sr. Mario Luiz Guerreiro sugeriu replicar evento realizado em Goiânia  
217 para os demais estados no próximo ano. Isto posto, a Sra. Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque  
218 lembrou que reativou o sistema nacional e regional de treinamento dos auditores fiscais do  
219 trabalho, sendo criadas coordenação em cada estado e, a exemplo de Goiás, seria realizados os  
220 treinamentos em todas as regionais. Neste sentido, a Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo  
221 afirmou que a ANAMATRA participava dessas oficinas de sensibilização e conseguia atrair  
222 colegas do Poder Judiciário, do Ministério Público e auditores para assistir, onde  
223 demonstravam a rotina da fiscalização desde o momento da denúncia à colheita de provas, auto  
224 de infração e as interdições. Afirmou, por fim, que com a nova metodologia implantada pela  
225 Secretaria de Inspeção do Trabalho os coordenadores, auditores fiscais tinham a oportunidade  
226 de promover essa interação institucional. Complementado, o Sr. José Armando Fraga Diniz  
227 Guerra informou que foram realizadas seis oficinas em seis tribunais da justiça do trabalho em  
228 parceria com as escolas judiciais, na Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul, Ceará, Piauí e  
229 Maranhão, com o número total de 450 participantes, sendo que cerca de duzentos juízes e  
230 procuradores do trabalho. Além disso, motivada pela sugestão das escolas judiciais, a  
231 Coordenação-Geral da CONATRAE contactou a Escola Nacional de Formação e  
232 Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho /ENAMAT com a proposta de formação inicial  
233 e de sensibilização do juiz recém concursado. E a CONATRAE foi convidada também na  
234 formação inicial dos juízes dos magistrados do trabalho a fazer uma exposição em uma mesa  
235 sobre trabalho escravo que a SIT/MTE realizaria no dia 03 de março. Informou que houve a  
236 assinatura de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, para que toda a  
237 rede do Ministério fosse capacitada sobre o trabalho escravo. Concordou a pauta da PEC 438  
238 ficou prejudicada. No entanto, era o primeiro ano de mandato, portanto, um ano complicado  
239 tanto para as políticas públicas quanto para a articulação legislativa, mas, em 2012, retomaria  
240 a pauta com a campanha proposta. Esclareceu que o MDS era convidado para todas as  
241 reuniões, porém, não pode estar presente. Destacou o avanço auferido a partir da assinatura da  
242 a Portaria Interministerial nº 02, assinada no dia 13 de maio pelo Ministro do Trabalho e

243 Emprego e pela Secretaria de Direitos Humanos, tornando conjunta a responsabilidade pela  
244 dita lista suja. Ressaltou, por fim, que a Ministra o demandou e, conseqüentemente, à  
245 CONATRAE realizar o 2º Encontro de Comissões Estaduais, além da realização de pelo  
246 menos duas reuniões itinerantes. **Informes.** A Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo informou  
247 que o GT criado pela CONATRAE sobre trabalhadores migrantes realizou sua primeira  
248 reunião no SINAIT e definiu: essencial o diálogo com o Diretor da Polícia Federal e o  
249 Ministério da Justiça, a fim do cumprimento da Resolução Normativa 93 do Conselho  
250 Nacional de Imigração/CNIg; a elaboração de parecer, acerca do Artigo 98 do Decreto que  
251 regulamentou o estatuto do estrangeiro, a ser distribuído para todos os departamentos de  
252 polícia federal, superintendências regionais do trabalho e demais envolvidos no enfrentamento  
253 ao trabalho escravo. Providências, segundo ela, necessárias para evitar a deportação. A Sra.  
254 Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque sugeriu convidar o Presidente CNIg, Sr. Paulo Sérgio de  
255 Almeida, antes de tomar essas iniciativas, a fim de otimizar o trabalho da Comissão.  
256 Ressaltou que Resolução Normativa 93 já havia sido passada ao Diretor Geral da Polícia  
257 Federal. Neste passo, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra informou que foi solicitada pela  
258 Ministra audiência com o Diretor Geral da Polícia Federal e também com o Ministro da  
259 Justiça e o que faltava para a operacionalização da Resolução Normativa 93 era a ordem de  
260 serviço da Diretoria Geral e tão logo finalizada a reunião em curso, informaria a Ministra dos  
261 detalhes para a assinatura desta ordem de serviço. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser  
262 tratado, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra encerrou a reunião agradecendo a presença  
263 de todos.